

Nancy Andrighi toma posse na Corregedoria do CNJ na próxima terça



STJ A ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça,

toma posse na próxima terça-feira (26/8) no cargo de corregedora nacional de Justiça no biênio 2014-2016. Nancy Andrighi substituirá o ministro Francisco Falcão, eleito presidente do STJ. Ela é a sexta ocupante do cargo desde que o CNJ foi criado, em 2004. A posse será às 18h, na sede do STJ.

Durante sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, ela afirmou que, como corregedora nacional de Justiça, seguirá os passos de seus antecessores para atuar com responsabilidade e dedicação na importante missão fiscalizadora da atuação dos juízes, dos serviços judiciais auxiliares, das serventias e dos serviços notariais.

A ministra defendeu, entre outros pontos, o uso de recursos tecnológicos como o Skype — programa de telefonia com vídeo pela internet — para oitivas e audiências. [Pioneira no uso da tecnologia](#), a ministra afirmou que o CNJ deve incentivar o uso da tecnologia como forma de reduzir custos e otimizar o andamento dos processos mediante o contato direto do julgador com as partes, advogados e testemunhas. “Não se pode admitir, especialmente no Poder Judiciário, a presença do vício do misoneísmo [*repulsa às novidades*], que tende a abraçar o âmagô de todas as profissões”, afirmou.

Nancy Andrighi defendeu também o estabelecimento de metas e prioridades para a Justiça e considerou positivo que juízes aposentados continuem a trabalhar em um quadro paralelo, para colaborar na agilidade judiciária. Ela ressaltou ainda a necessidade de investir no planejamento estratégico e na modernização do Poder Judiciário para que o país tenha uma Justiça absolutamente transparente.

Nascida em Soledade (RS), a futura corregedora do CNJ começou sua carreira na Justiça de primeiro grau do Rio Grande do Sul. Depois de exercer o cargo de juíza de Direito no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, foi desembargadora do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde ajudou na implantação pioneira das juntas de conciliação. Em 1999 foi nomeada para o STJ, e em 2011, assumiu a Corregedoria do Tribunal Superior Eleitoral, onde exerceu o cargo até 2013.

O cargo de corregedor nacional de Justiça é ocupado apenas por ministros do STJ. Para ser conduzido, no entanto, ele precisa ser indicado por seus pares, aprovado pelo Senado Federal e nomeado pelo

presidente da República. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

Date Created

22/08/2014